

## Mapeamento preliminar das candidaturas autodeclaradas indígenas para os cargos de prefeito, vice e vereador nas eleições municipais de 2020.

*Luís Roberto de Paula*<sup>1</sup>

*Ricardo Verdum*<sup>2</sup>

### **Apresentação**

Trata-se de um mapeamento preliminar dos 2.173 candidaturas de pessoas que se autodeclararam *indígena* junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O total de candidaturas para os cargos do executivo e do legislativo municipais em 2020 segundo o mesmo TSE é de 550.397. Portanto, as *candidaturas autodeclaradas indígenas* representam singelos 0,4%. Percentual semelhante ao da parcela da população brasileira que autodeclarou ser *indígena* no Censo Demográfico de 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Note-se que a expressão *candidaturas autodeclaradas indígenas* tem uma enorme implicação quando se avalia a participação da população indígena em processos eleitorais. O TSE, diferente de outras instituições que possuem políticas públicas voltadas para povos indígenas (como as universidades públicas federais e estaduais ou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena), não exige a contrapartida de uma coletividade étnica para que uma pessoa seja classificada como *indígena*. Basta assinalar na ficha de inscrição do candidato esta opção. É por isso, por exemplo, que nas eleições a Presidência da República em 2018, e segundo o critério do TSE, o Brasil teve dois candidatos *indígenas* à vice-presidência: Sonia Guajajara e Hamilton Mourão. Isso significa que muito provavelmente diversas candidaturas autodeclaradas indígenas que fazem parte dos cálculos e gráficos apresentados a seguir não encontrarão legitimidade étnica junto aos 305 povos indígenas que habitam o território nacional. Também pode estar ocorrendo de pessoas que legitimamente poderiam se autodeclarar *indígena*, mas que optaram por

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), é professor da Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. [luisroberto.paula@gmail.com](mailto:luisroberto.paula@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), pesquisador do Laboratório de Pesquisas Sobre Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) do Museu Nacional (PPGAS/MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. [rverdum@gmail.com](mailto:rverdum@gmail.com)

classificar-se em outra categoria de “cor/raça”, como a de *pardo*. Mas nem de longe nos cabe neste breve apresentação aprofundar este debate para lá de polêmico. São os povos indígenas e suas associações que acertadamente chegarão a um consenso sobre os melhores critérios quem deve orientar a definição do que é *ser indígena* no país.

Muitas das considerações realizadas em um trabalho anterior (De Paula, 2017) e reapresentadas com atualizações em Verdum e De Paula (2020), são reafirmadas no mapeamento que se segue. Apesar de que aqui nos concentramos em candidaturas enquanto que nos trabalhos anteriores analisamos os mandatos indígenas conquistados.

Na lista de *achados* que segue apresentamos tanto as tendências já notadas nestes referidos trabalhos (ex. a fragmentação e pragmatismo nas escolhas partidárias indígenas associada a uma curiosa reafirmação da capilaridade do Partido dos Trabalhadores - PT nas mesmas escolhas partidárias), como algumas novidades interessantes: por exemplo, a competição entre candidaturas indígenas que, na maioria dos casos, sempre esteve associada ao cargo de vereador, agora parece ganhar espaço também nas candidaturas aos cargos majoritários de prefeito e vice. É o caso, por exemplo, de São Gabriel da Cachoeira, município na porção noroeste do estado do Amazonas, que é conhecido pela grande participação indígena em processos eleitorais (Iubel, 2015), e onde em eleições passadas houve disputa entre dois candidatos indígenas o cargo de prefeito. Em 2020, parece que as diversas etnias que compõem aquele complexo território multiétnico optaram por intensificar a peleja entre si lançando nada menos do que quatro (4) candidatos autodeclarados *indígenas* a prefeito e cinco (5) a vice-prefeito. Impressiona também no caso deste município os 119 candidatos autodeclarados indígenas ao cargo de vereador. Outros municípios seguem este padrão como poderá ser notado nos gráficos.

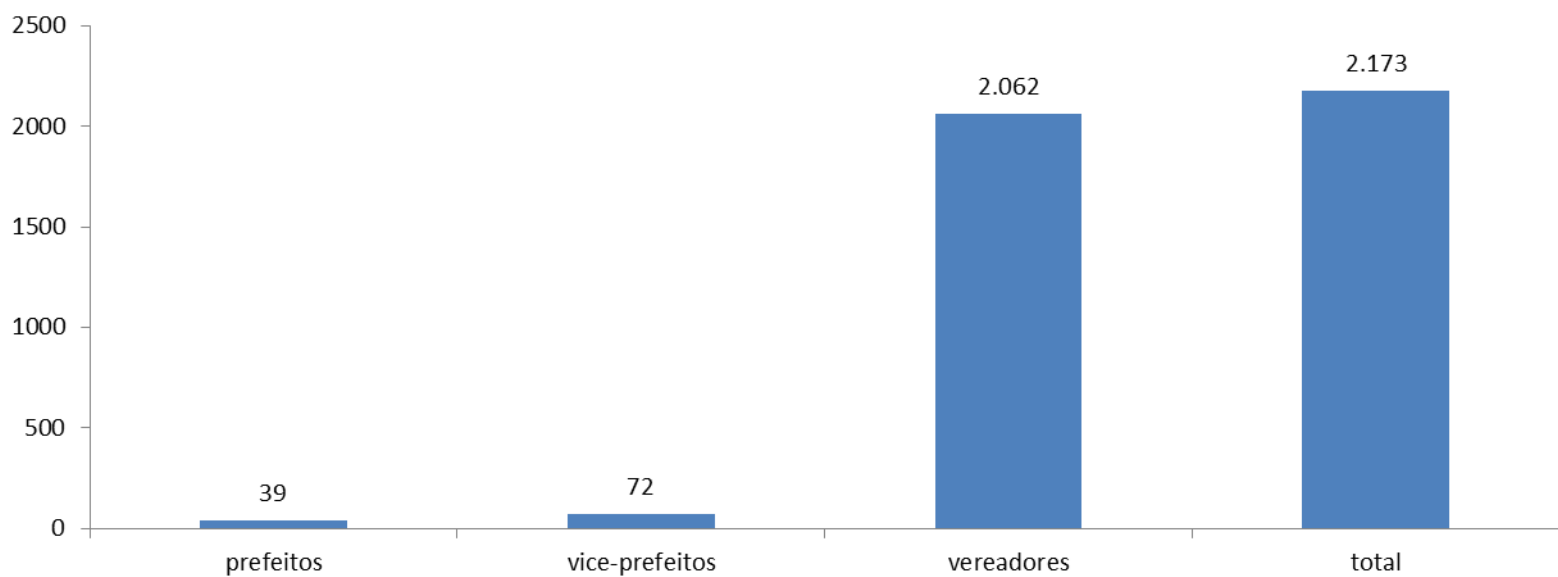
Apresentamos a seguir e da maneira o mais sintética possível os *achados* desta investigação preliminar, para que na sequência o leitor possa visualizá-los de uma outra forma:

1. De 2.173 candidaturas autodeclaradas indígenas, 39 são ao cargo de prefeito, 72 a vice-prefeito e 2.062 (94%) de vereador.

2. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o partido com maior número de candidaturas autodeclaradas indígenas (262), seguido pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Progressista (PP), cada um com 152 candidaturas. Rede de Sustentabilidade (Rede), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) aparecem como escolhas importantes para os povos indígenas. Afora algumas possíveis escolhas “ideológicas”, nota-se que a capilaridade da estrutura partidária de grandes partidos pelo interior no país parece ser decisiva para as escolhas indígenas.
3. 33% das 2.173 candidaturas (706) são de mulheres.
4. Do total de candidatos, mais da metade (1.374) são de autodeclarados indígena com Ensino Médio Completo. Surpreendente parece ser o número dos candidatos indígenas com Ensino Superior Completo (466), o que talvez já seja expressão do grande processo de inserção indígena nos cursos de graduação e pós-graduação universitária com vagas voltadas para povos indígenas.
5. As profissões são expressão da situação rural-urbana dos povos indígenas, assunto que merecedor um estudo a parte. Aparentemente, curiosas profissões foram indicadas pelos candidatos, como por exemplo, antropólogo, cantor, cabelereiro e empresário.
6. Os municípios que compõem o estado do Amazonas concentram quase 25% das candidaturas de autodeclarados indígena, da mesma forma que a Região Norte concentra quase a metade delas. Estes dados apenas reafirmam a relação direta existente entre candidaturas e população indígena total. Entretanto, é interessante notar o caso de Roraima: de 1.848 candidaturas existentes entre indígenas e não indígenas, 148 são indígenas, ou seja, quase 10%, número bem acima da média nacional que é de 0,4% como já mencionado.
7. Os gráficos abaixo expressam a distribuição das candidaturas para prefeito e vice por estados, partidos e municípios e repetem as tendências já assinaladas. Situações curiosas de candidaturas de autodeclarados indígena a prefeito poderão ser acompanhadas por todos que se interessam pelo assunto em cidades como, por exemplo, Niterói no Rio de Janeiro e Praia Grande e Taubaté, ambos municípios do estado de São Paulo.

8. O último gráfico mostra alguns municípios nos quais há uma grande quantidade de candidaturas de autodeclarados indígenas concorrendo entre si pelos normalmente pouquíssimos votos dos colégios eleitorais locais. Para o leitor menos familiarizado com o tema, saiba que existem municípios onde um candidato a vereador pode ser eleito com 100 votos. Normalmente, quanto mais candidatos, mais se fragmenta os votos e, portanto, mais dificuldade existe para se conquistar a vaga. É surpreendente, portanto, que após várias eleições, revezes e acertos, muitas etnias estejam lançando uma quantidade desproporcional de candidatos a vereador. Seria o caso de buscar entender o porquê disso.
9. Isto nos faz pensar em que outros fatores estariam operando nas opções e decisões. As regras para as chamadas eleições proporcionais, ou seja, a dos vereadores, mudaram em 2020. Com a mudança, acabaram as coligações partidárias para as eleições proporcionais. A Emenda Constitucional nº 97/2017 proibiu os partidos de formarem coligações para as eleições às Câmaras Municipais. O quociente eleitoral deve ser alcançado pela agremiação individualmente. Isso acaba estimulando os partidos há buscar ter o maior número possível de candidatos e candidatas, de forma a que cada voto conquistado some à legenda e aumente as suas chances de ocupar uma ou várias cadeiras no legislativo municipal, e favorecendo aqueles candidatos do partido (indígenas e não indígenas) com maior capacidade de atrair votos para si. Favorecer candidaturas, sejam étnicas ou individuais, é uma forma de capilarizar e capturar votos.
10. O mapeamento das etnias e o cruzamento desta variável com estado, municípios, partidos, regiões etc., não foi realizado neste momento devido ao esforço extra que exigiria em trabalhar os dados do TSE. É possível determinar a origem étnica de boa parte dos candidatos a partir da associação do conhecimento etnográfico, da localização geográfica dos municípios e das terras indígenas. Por exemplo, os 18 candidatos indígenas do município de Campinápolis/MT certamente são Xavante, assim como os candidatos a prefeito e vice. Na própria lista do TSE aparece o registro de nomes indígenas ou com a etnia no final. Mas como não é algo padronizado, resolvemos deixar este mapeamento para os candidatos e as candidatas eleitas.

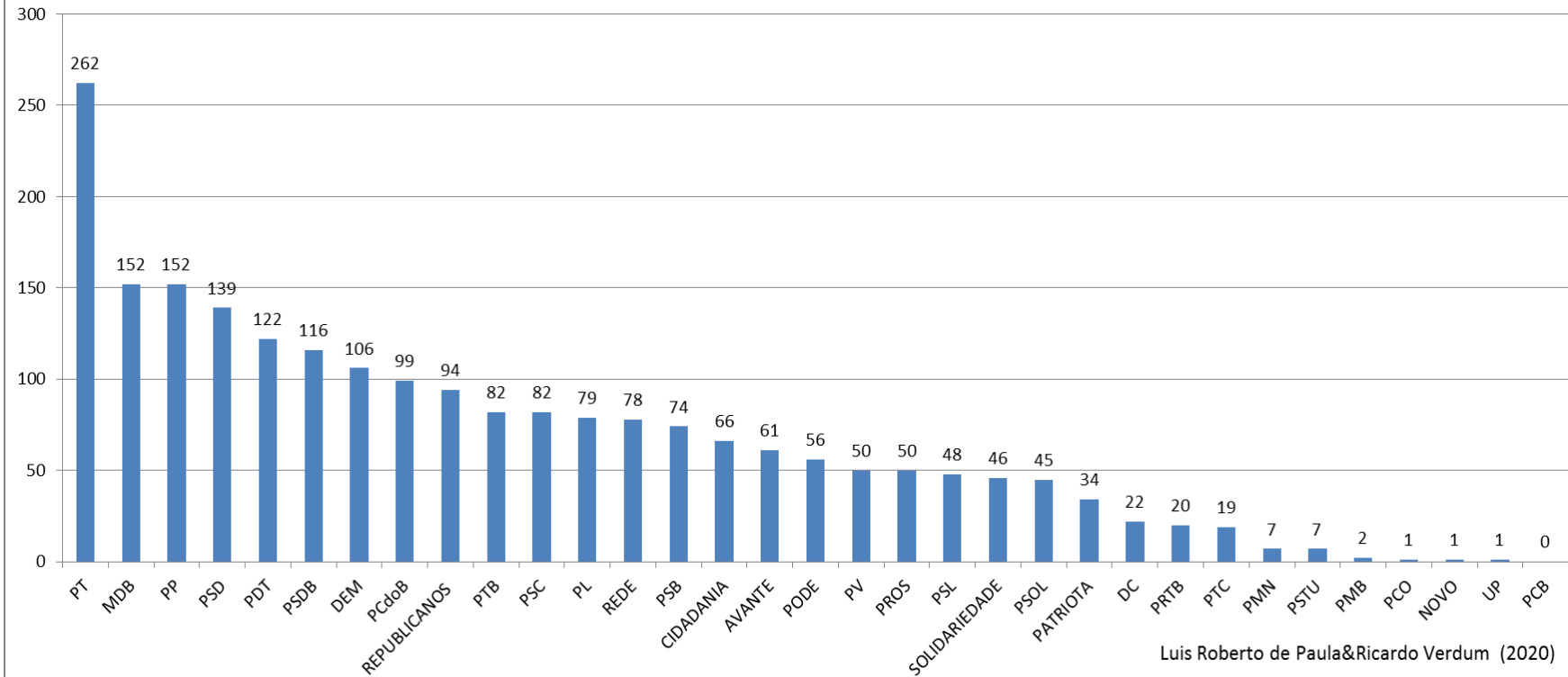
### Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas por CARGOS - Eleições Municipais de 2020



Luis Roberto de Paula&Ricardo Verdum (2020)

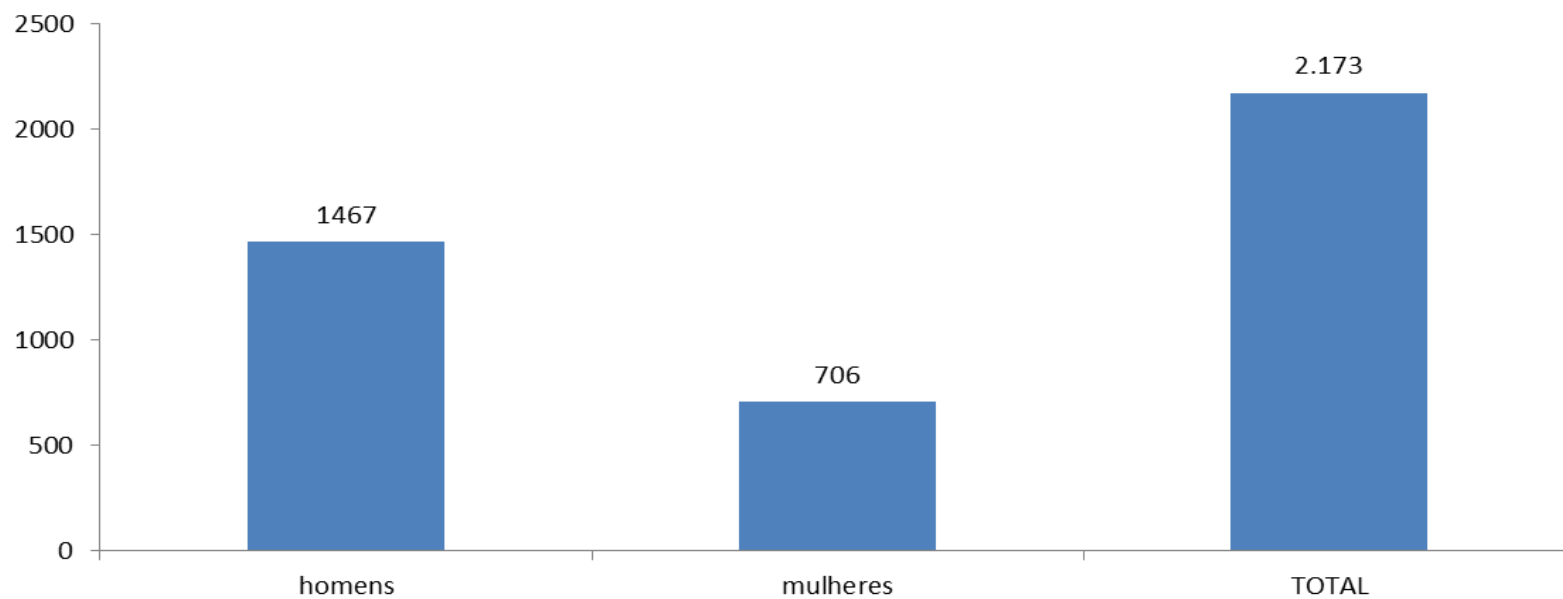
Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

### Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas por PARTIDO ao Executivo e Legislativo municipal - Eleições de 2020.



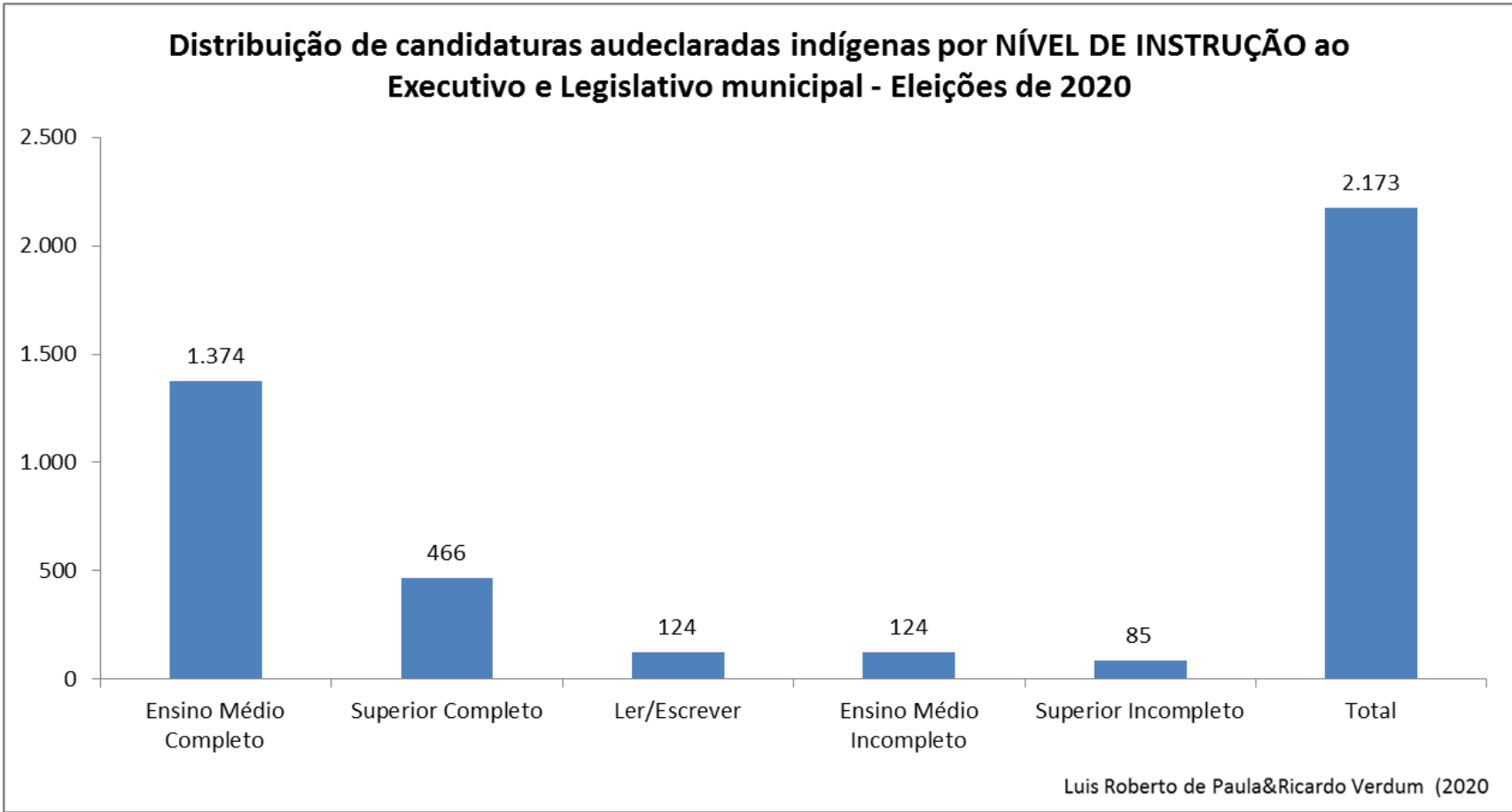
Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

### Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas por GÊNERO ao Executivo e Legislativo municipal - Eleições de 2020.



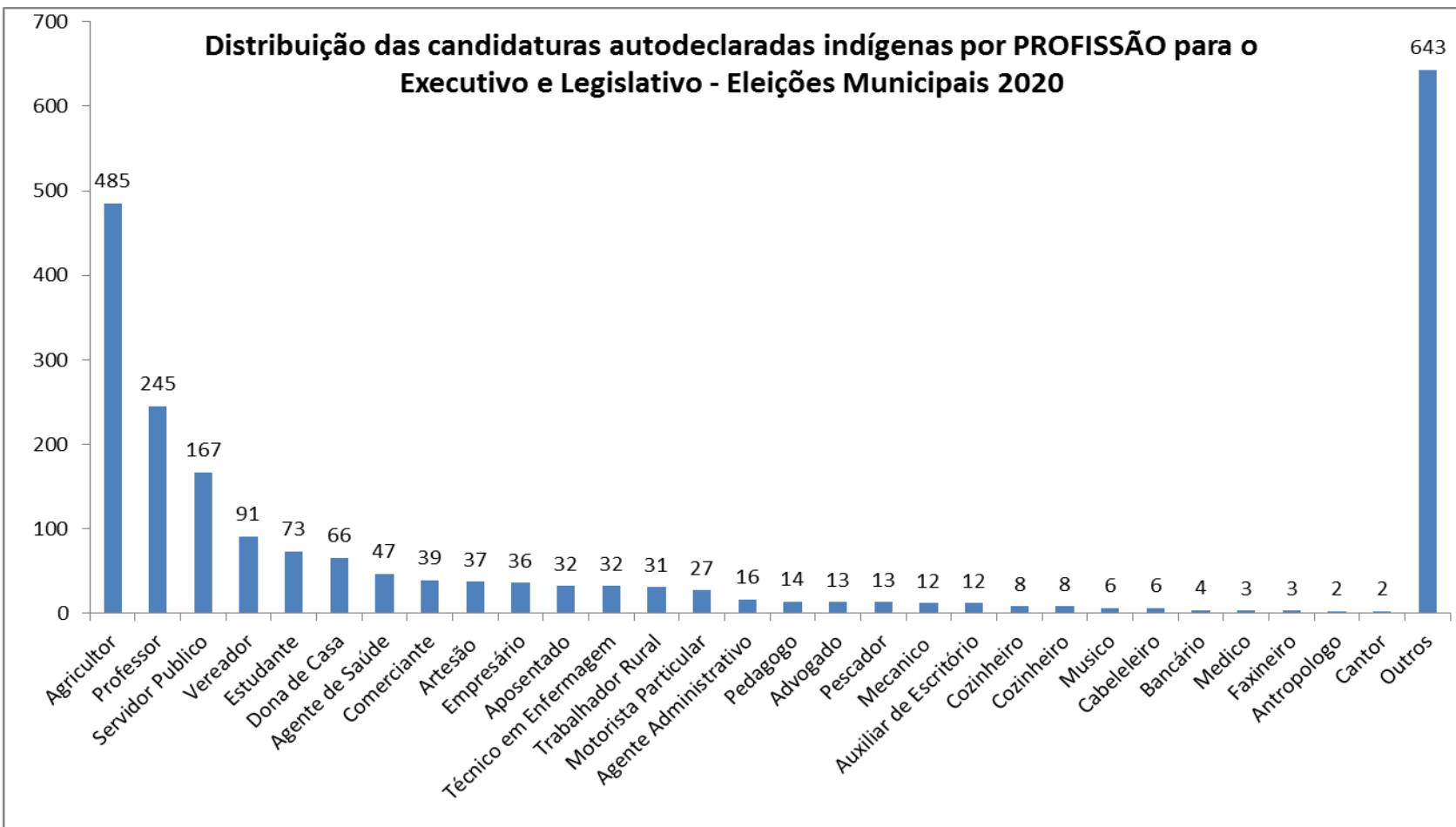
Luis Roberto de Paula & Ricardo Verdum (2020)

Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

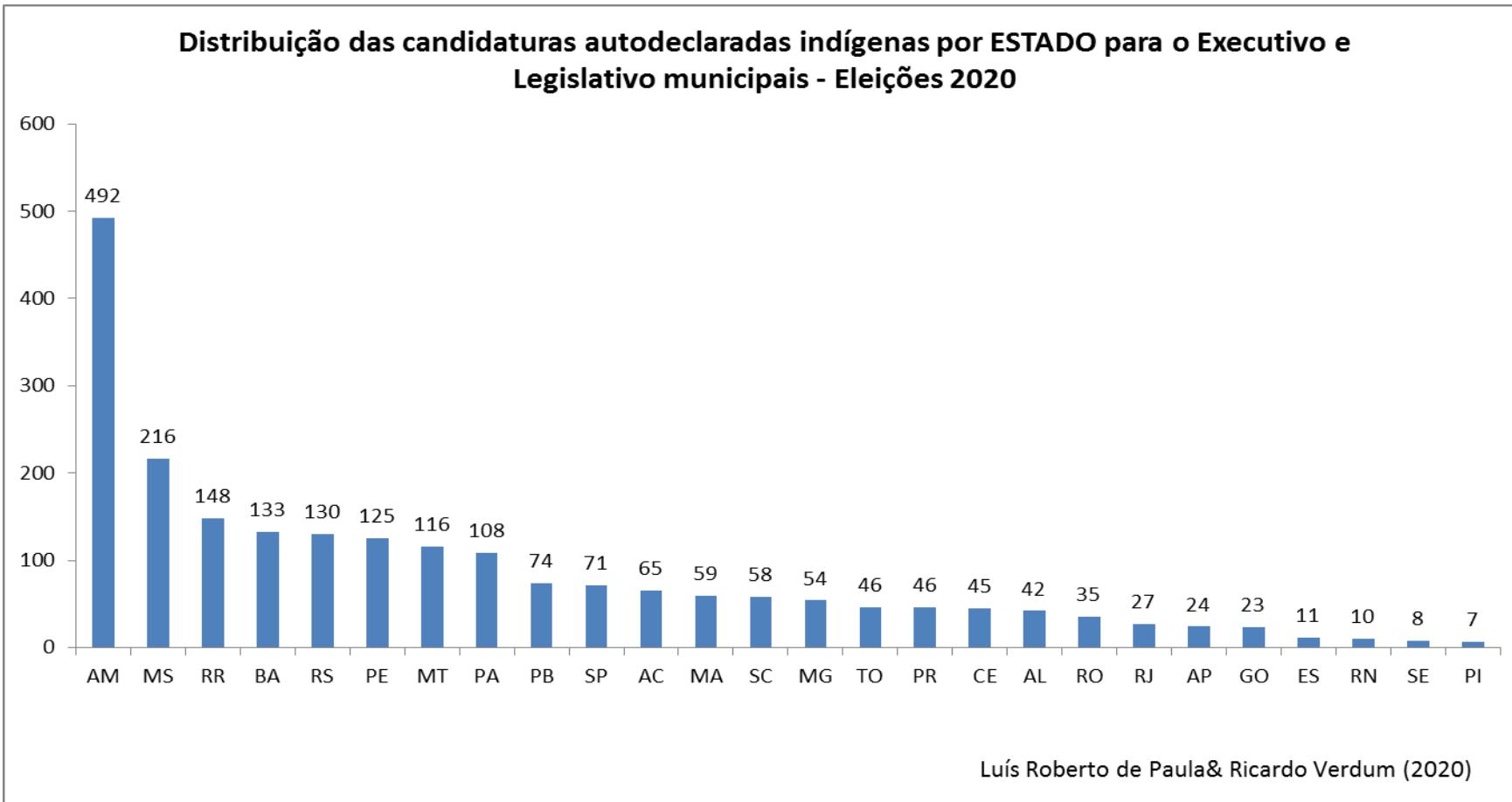


Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

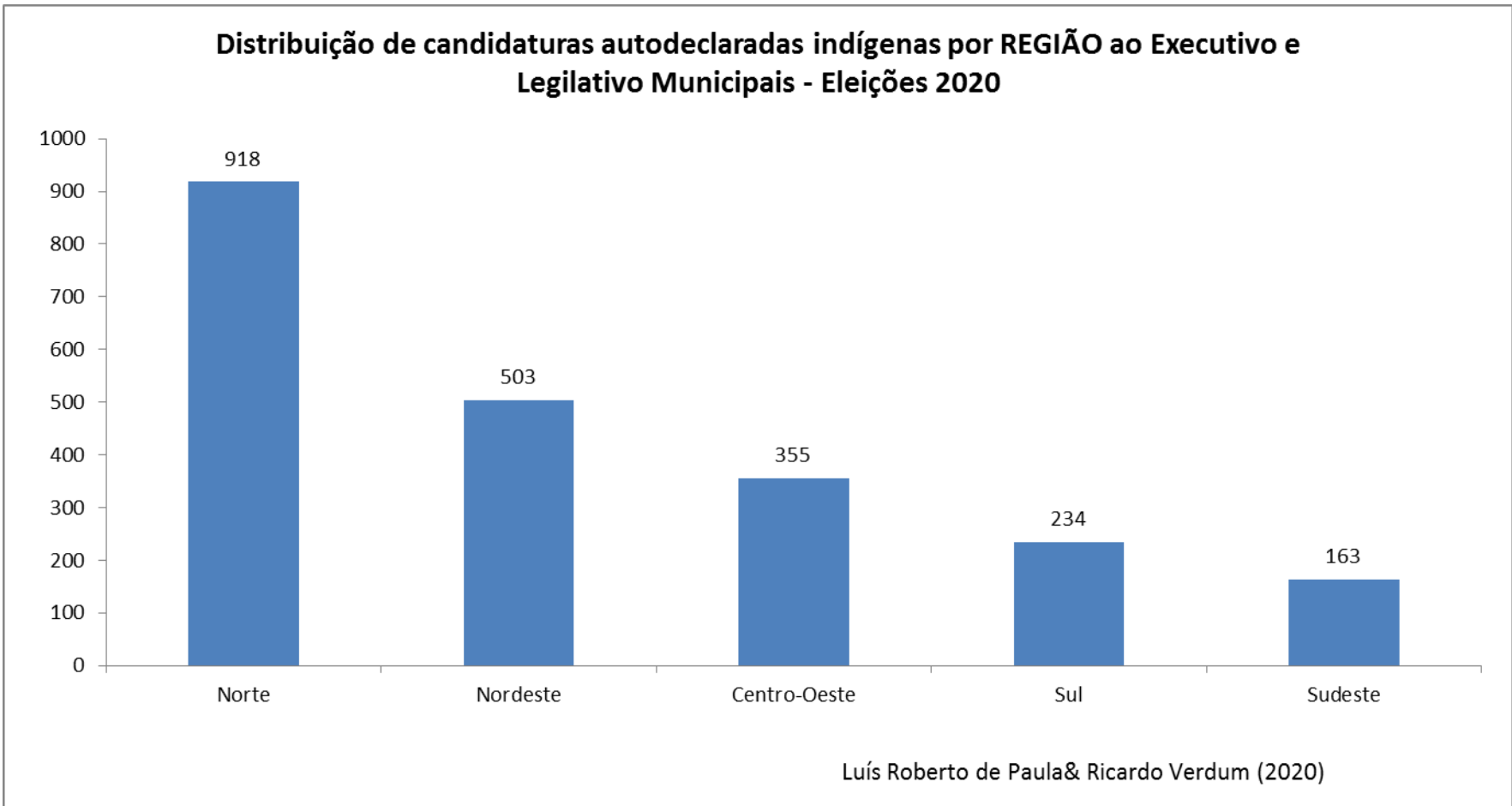




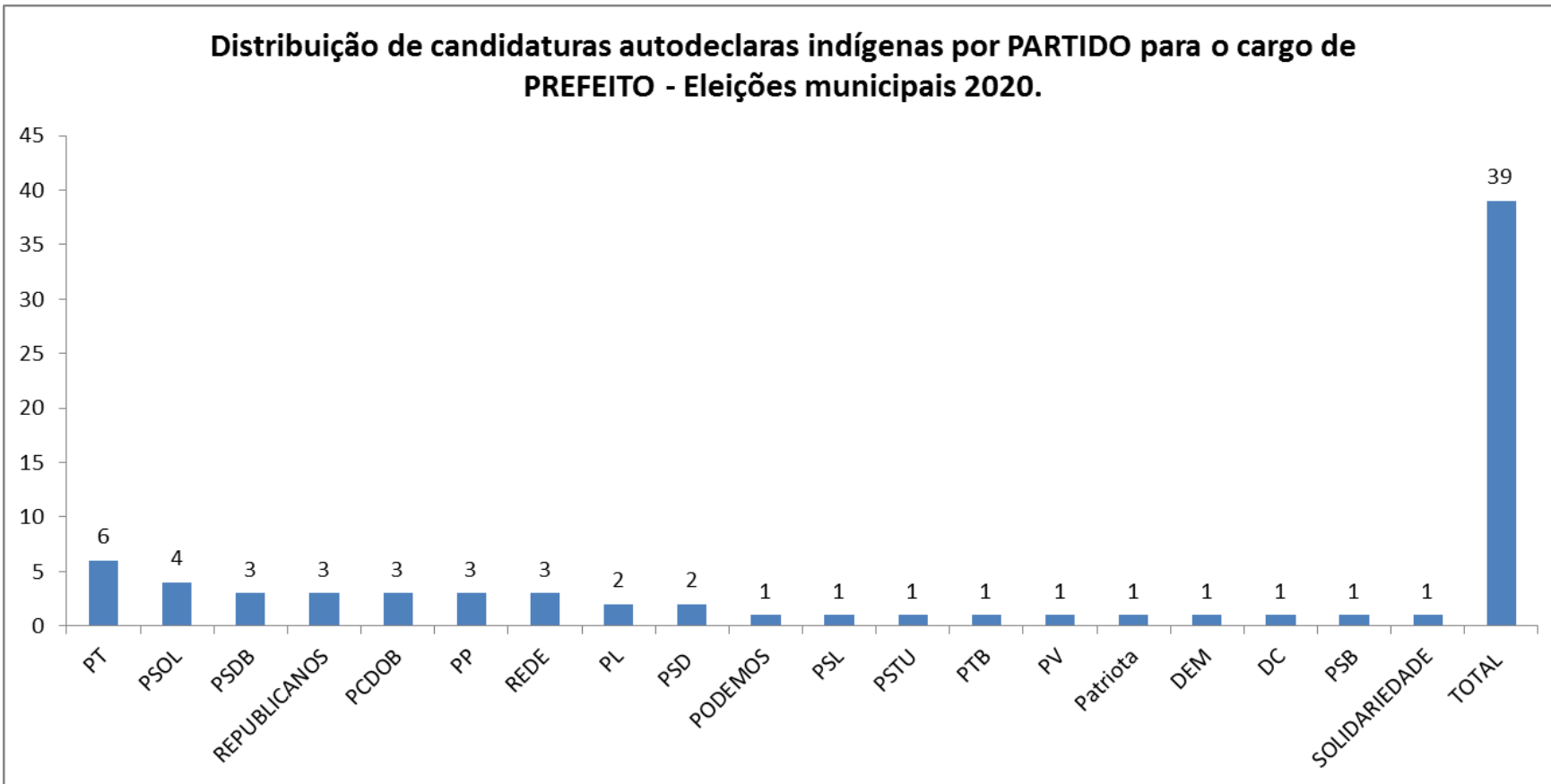
Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.



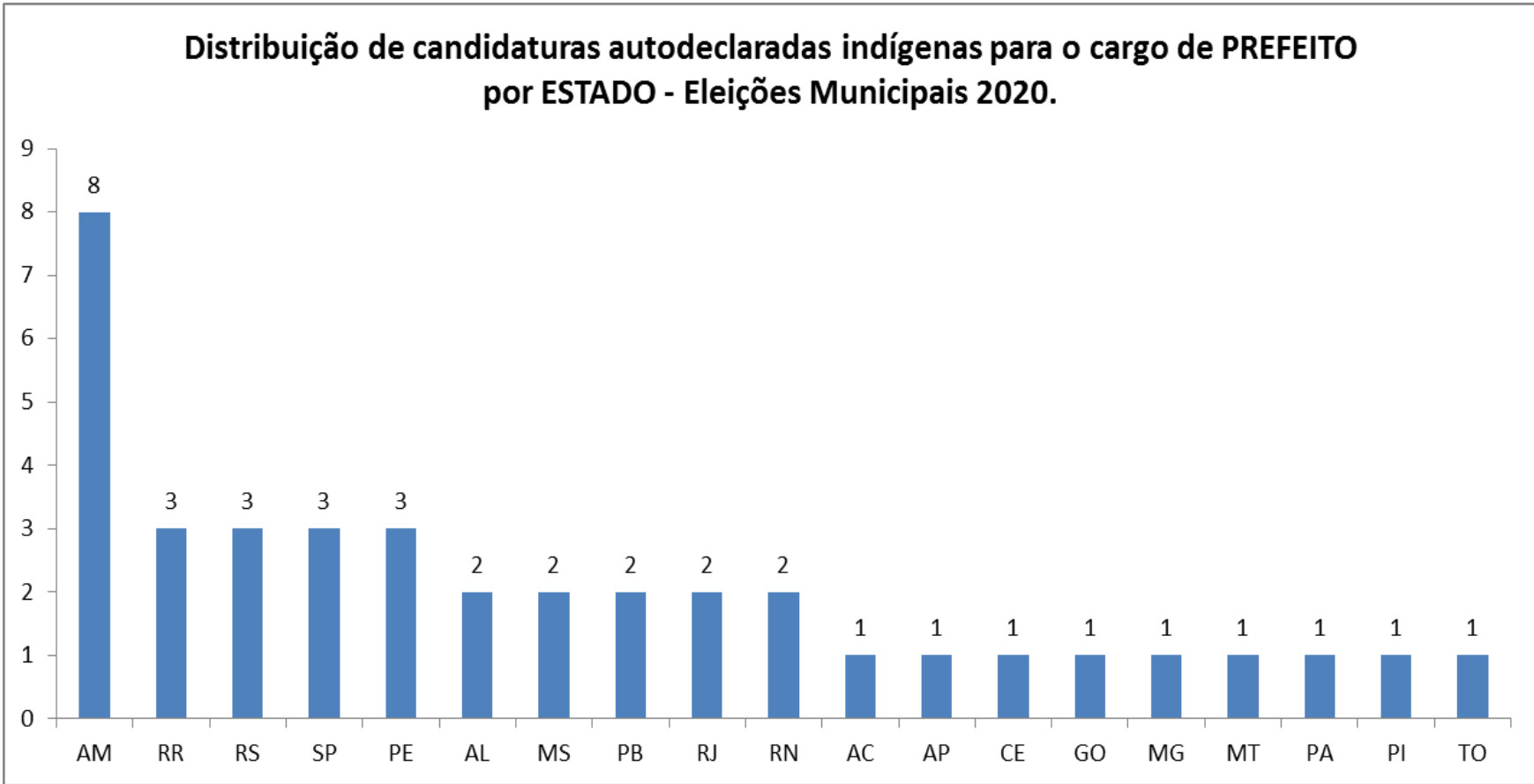
Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.



Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

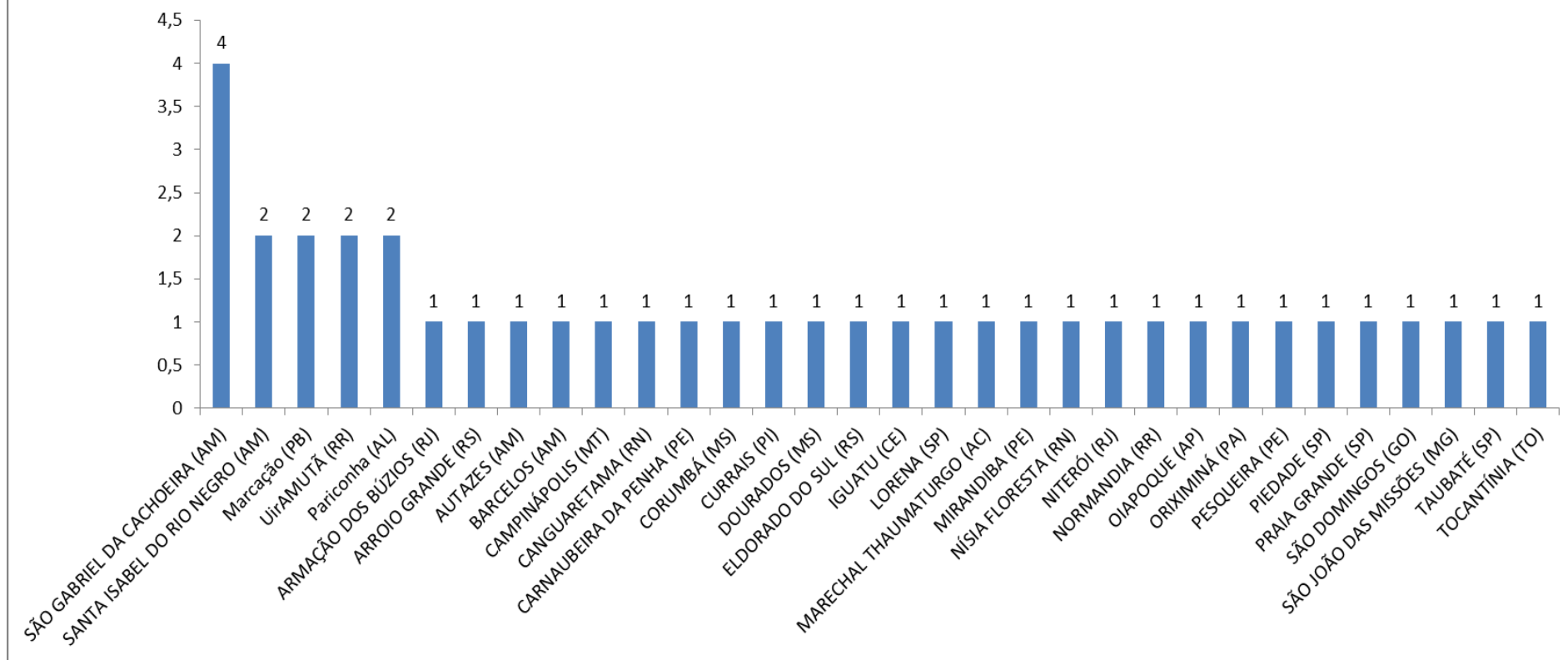


Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

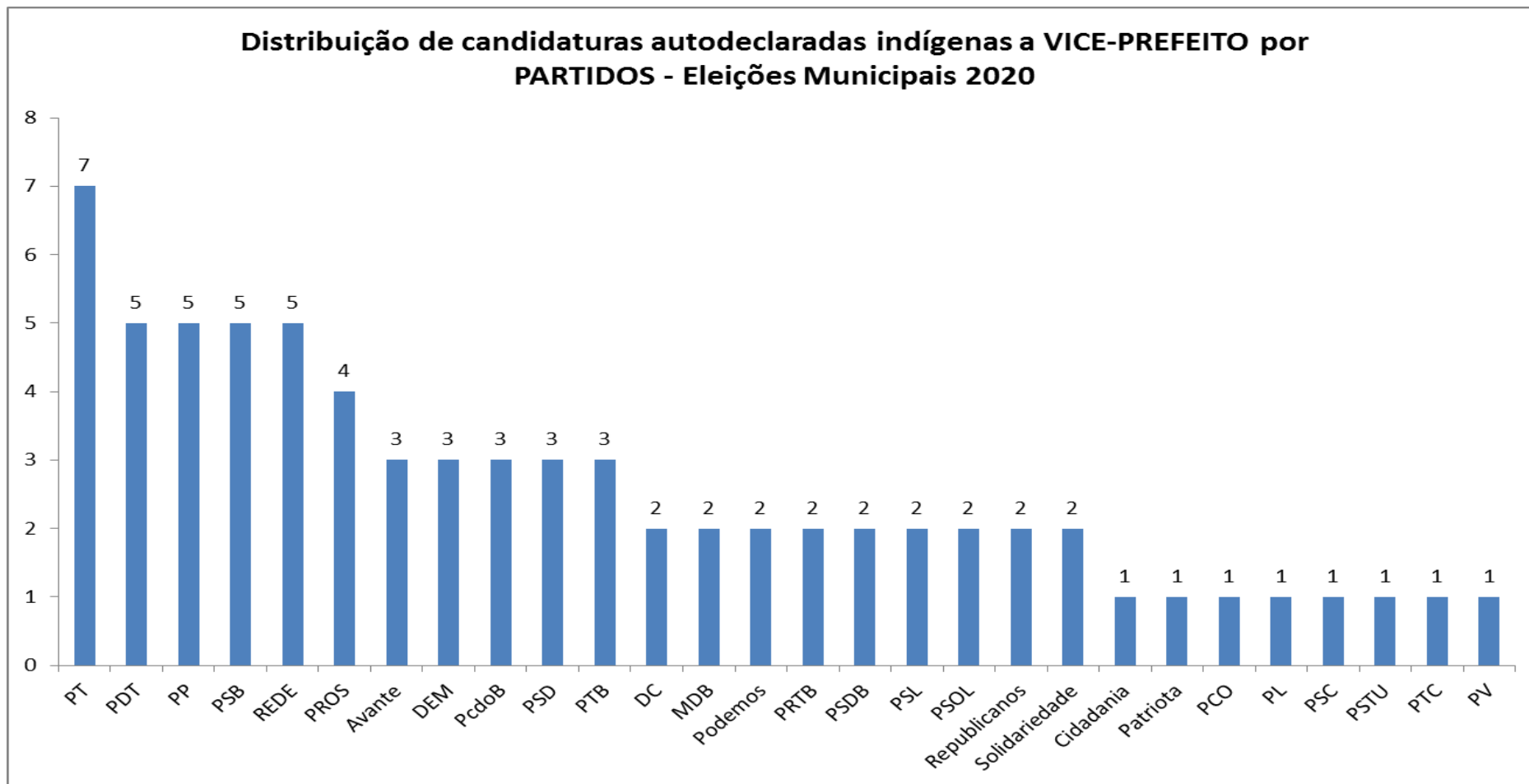


Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

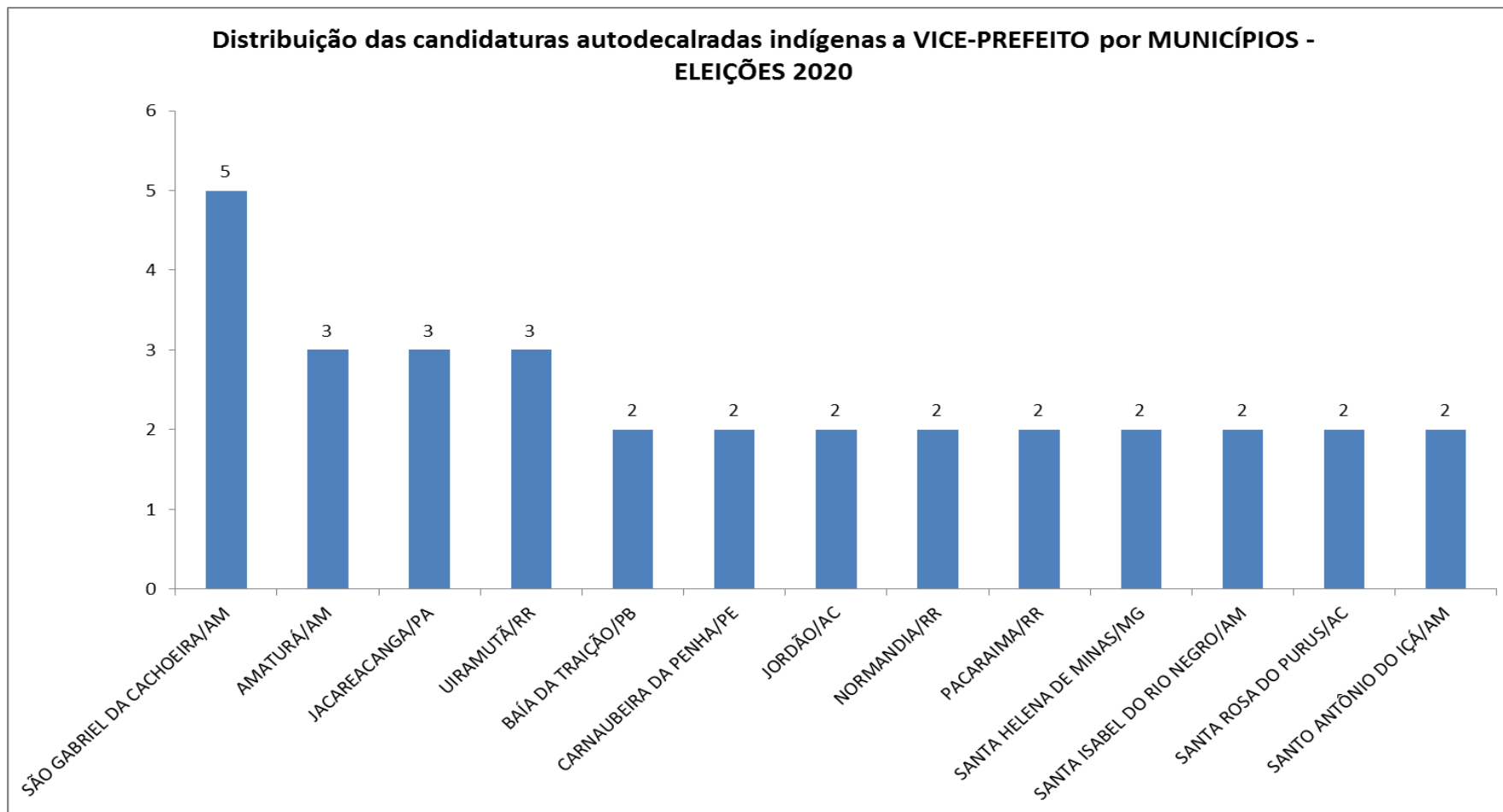
## Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas para PREFEITO por MUNICÍPIO - Eleições 2020.



Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

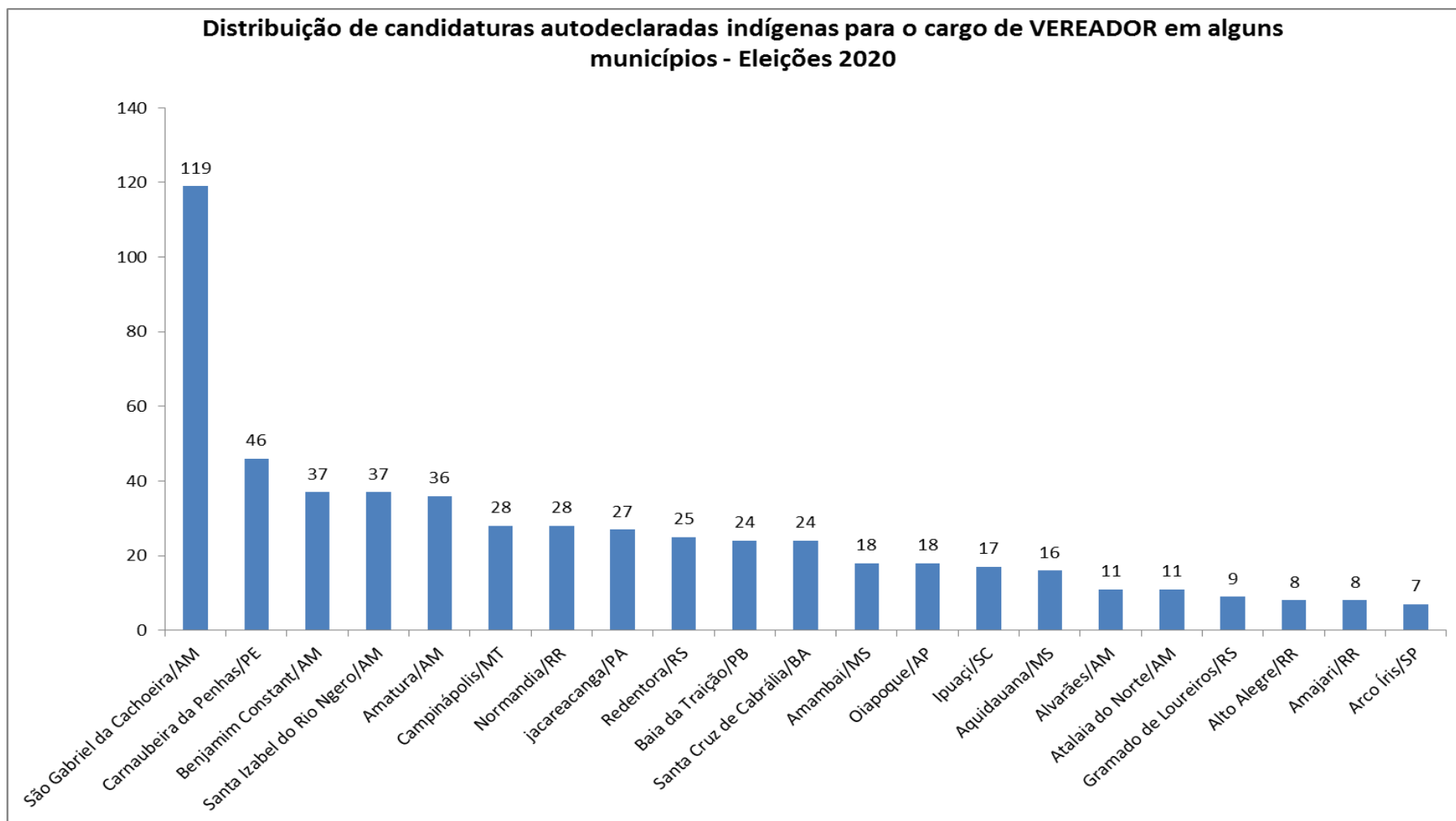


Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.



Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.





Fonte: Página do Supremo Tribunal Eleitoral. Acesso em: 03.10.2020.

### **Bibliografia consultada**

De Paula, L. R. (2017). A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação. *Resenha & Debate* (Nova Série), v. 2, p. 68. <http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2020/05/Resenha-Debate-Nova-Serie-vol-2.pdf>. (Acesso em: 05.10.2020)

Iubel, A. F. (2015). *Transformações políticas e indígenas: movimento e prefeitura no Alto Rio Negro*. Tese de Doutorado (Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), São Carlos, São Paulo. Universidade Federal de São Carlos.

Verdum, R.; De Paula, L. R. (2020). *Antropologia da Política Indígena. Experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina)*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia. <http://laced.etc.br/acervo/livros/politicaindigena/> (Acesso em: 05.10.2020)